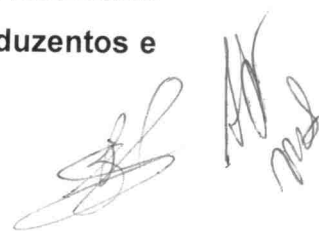


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV.

CNPJ 05774894/0001- 90

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Analizamos os Balancetes da Receita e Analíticos da Despesa do mês de Fevereiro de 2016, bem como, o Relatório de Arrecadação de Contribuições, Pagamentos de Benefícios e Aplicações Financeiras de Fevereiro de 2016, que a nosso entendimento se encontram a contento do ponto de vista contábil e legal. Constatamos através do Relatório de Contribuições e Pagamentos de Benefícios no mês de Fevereiro de 2016 (competência Janeiro), do Plano Financeiro, a existência de um déficit primário de (-) **R\$1.267.381,21 (Um milhão, duzentos sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e um real e vinte e um centavos)**. Motivado, ainda, pela aplicação da alteração constitucional que isenta a contribuição de aposentados e pensionistas até o limite de **R\$5.189,82 (cinco mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos)** - decisão do Supremo Tribunal Federal, incorporação de abono e na parte administrativa as despesas periódicas administrativas. Acrescido ao déficit primário do mês de Fevereiro de 2016, o aporte de **R\$1.143.205,99 (hum milhão, cento e quarenta e três mil, duzentos e cinco reais e noventa e nove centavos)** realizados pela Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, IPSJBV e UNIFAE; a Prefeitura Municipal não aportou **R\$850.201,67 (Maio)**, **R\$1.384.436,61 (Junho)**, **R\$935.181,99 (Julho)**, **R\$926.342,78 (Agosto)**, **R\$941.108,00 (Setembro)**, **R\$965.591,35 (Outubro)**, **R\$1.402.041,59 (Novembro/13º)** e **R\$679.344,65 (Dezembro)**, restando, portanto o total de **R\$8.384.248,64 (oito milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**, como também, o não repasse das contribuições patronais (22%) nos meses de dezembro e 13º no valor de **R\$1.667.360,18**, totalizando **R\$10.051.609,44**, que devem ser corrigidos até a data de seu efetivo pagamento, devidamente cobrado; a transferência do COMPREV (pro-rata) de **R\$274.778,05 (duzentos e**



setenta e quatro mil, setecentos setenta e oito reais e cinco centavos) competência Janeiro, acrescido o rendimento positivo de (+) **R\$2.149.114,05** (dois milhões, cento e quarenta e nove mil, cento e catorze reais e cinco centavos) e outras receitas de **R\$707,72** (setecentos e sete reais e setenta e dois centavos) realizou superávit final de (+)**R\$2.300.424,60** (dois milhões, trezentos mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos) no mês de Fevereiro, com recursos da movimentação financeira para aplicação no Plano Financeiro. No Plano Previdenciário com a contribuição previdenciária de **R\$258.134,69** (duzentos e cinquenta e oito mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos) -, aporte de **R\$694,44** (seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), juros positivos de aplicação financeira de (+)**R\$98.025,62** (noventa e oito mil, vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos), menos o benefício de **R\$1.543,19** (um mil, quinhentos e quarenta e três reais e dezenove centavos), totalizou superávit de **R\$355.311,56** (trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), com saldo para aplicação financeira no Plano Previdenciário. Isto, tendo em vista a alteração da Taxa SELIC, contenção da inflação, nas ações - a instabilidade no mercado mundial, em especial a crise chinesa e o escândalo da **PETROBRAS - LAVAJATO** e a decadência de várias empresas brasileiras, o que motiva variações de rendimento nas aplicações permitidas para o Instituto de Previdência, de conformidade com as exigências legais. Observamos que a aplicação está sendo realizada conforme determinações do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, enquadramento nas exigências da Resolução nº. 3922/2010, que permite o limite de 30% para aplicações em renda variável, com orientação da empresa **RISKOFFICE** e aprovação do Comitê de Aplicação Financeira. Assim sendo, este mês teve recurso destinado para aplicação, nos dois planos. Contando em 29 de Fevereiro de 2016 com saldo disponível/aplicações de **R\$116.264.082,87** (Cento e dezesseis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos) no Plano Financeiro e **R\$7.260.518,18** (sete milhões, duzentos e sessenta mil, quinhentos e dezoito reais e dezoito centavos)



conforme apurado nos Balancetes de Fevereiro de 2016 e na Movimentação Financeira do IPSJBV deste mês. Totalizando os dois Planos o capital de **R\$123.824.601,05 (cento vinte três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e um real e cinco centavos)**. Observamos que pela realização de aporte, transferência patronal e rentabilidade em alta, o Plano Financeiro está retornando sua capitalização, visando atingir o equilíbrio financeiro e atuarial. Bem como, que a Superintendência tem tomado todas as medidas necessárias para este recebimento. Portanto, a documentação contábil e as aplicações realizadas encontram-se, no nosso entendimento, dentro das normas legais e contábeis, razão de opinarmos pela aprovação dos Balancetes Mensais da Receita e Despesa do mês de Fevereiro de 2016 e Relatórios das Aplicações Financeiras, da Arrecadação de Contribuições e Pagamentos de Benefícios e das Movimentações Financeiras realizadas pelo IPSJBV no mês de Fevereiro de 2016.


São João da Boa Vista, 16 de Março de 2016.

  
Cironei Borges de Carvalho

Presidente

  
Maria Elisa Quinzani

Membro

  
Christiane Margutti Liparini

Membro